



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA EM ALIMENTOS

BRUNA DO ESPÍRITO SANTO NEVES

QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ILHA DE MARÉ,
SALVADOR - BAHIA

FEIRA DE SANTANA – BA

2022

BRUNA DO ESPÍRITO SANTO NEVES

**QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ILHA DE MARÉ,
SALVADOR - BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como parte das exigências para a obtenção do título de Tecnóloga em Alimentos.

Orientadora: Profa. Dra. Kássia Aguiar Norberto Rios

FEIRA DE SANTANA - BA
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA DO ESÍRITO SANTO NEVES

**Questão Agrária e a importância da produção de alimentos em Ilha de Maré,
Salvador - Bahia**

Artigo apresentado como requisito para a obtenção do título de Tecnóloga em Alimentos do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Feira de Santana, 30 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dra. Kássia Aguiar Norberto Rios
Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof^ª. Dra. Samantha Serra Costa
Doutora em Biotecnologia pela Universidade Federal da Bahia
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Prof^ª. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe
Professora da Universidade do Estado da Bahia



QUESTÃO AGRÁRIA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ILHA DE MARÉ, SALVADOR - BAHIA¹

Bruna do Espírito Santo Neves¹; Kássia Aguiar Norberto Rios²

¹Discente do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos - CETENS – UFRB; E-mail: bruna.nev99@gmail.com, ²Orientadora – Profa. Adjunta do CETENS – UFRB. E-mail: kassiaros@ufrb.edu.br

RESUMO

Este trabalho foi construído com o intuito de apresentar os desafios envolta da produção de alimentos em Ilha de Maré, Salvador – Bahia, através da perspectiva do público participante, no contexto da questão agrária presente nas comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da ilha, com destaque para os(as) produtores(as) vinculados(as) a Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências (ATRAM). Através das técnicas da pesquisa participante e pesquisa-ação foram realizadas ações para abordagem das necessidades e dificuldades da associação, a qual destacamos o Diagnóstico Rural Participativo. Discutidos também questões envolvendo a infraestrutura fundiária, a ausência de políticas públicas, o histórico de invisibilidade, as contradições e disputas que ocorrem na região, onde os recursos naturais que envolvem a produção de alimentos como o doce de banana na palha de Ilha de Maré, as práticas de pesca, a mariscagem, o extrativismo vegetal e a agricultura, que são a base da economia local. Através deste trabalho de pesquisa, foram desenvolvidas atividades formativas, oficinas e diálogos de experiências, além, da realização de análises e implementação de melhorias para a produção do doce de banana. Os resultados obtidos foram a compreensão de como a questão agrária se materializa na Ilha de Maré e as consequências na produção de alimentos do local, no âmbito da Associação e da produção do doce de banana destacamos: o desenvolvimento da identidade visual, a tabela de informação nutricional, a gestão associativa e a análise dos parâmetros físico-químicos que influenciarão na valorização do produto e na comercialização.

Palavras-chave. Agricultura Familiar; Comunidades Tradicionais; Produção Artesanal.

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito avaliativo para obtenção do título de graduação no Curso Superior de Tecnologia em Alimentos do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, sob a orientação da/o prof/a. Kássia Aguiar Norberto Rios.

ABSTRACT

This work was built with the aim of presenting the challenges surrounding food production in Ilha de Maré, Salvador - Bahia, through the perspective of the participating public, in the context of the agrarian issue present in the traditional fishing communities and quilombolas of the island, with emphasis on the producers linked to the Association of Quilombolas, Rural Workers, Artisans, Fishermen and Shellfish Collectors of Praia Grande and Adjacencies (ATRAM). Through the techniques of participatory research and action research, actions were carried out to address the needs and difficulties of the association, to which we highlight the Participatory Rural Diagnosis. Also discussed are issues involving land infrastructure, absence of public policies, history of invisibility, contradictions and disputes that occur in the region, where the natural resources that involve the production of food such as banana jam in the straw of Ilha de Maré, the practices of fishing, shellfishing, plant extraction and agriculture that are the basis of the local economy. Through this training activities, workshops and experience dialogues were developed, in addition to carrying out analyzes and implementing improvements for the production of banana jam. The results obtained were: the understanding of how the agrarian question materializes on the Island of Maré and the consequences in the production of food in the place, within the scope of the Association and the production of banana jam, we highlight: the development of the visual identity, the table of nutritional information, associative management and the analysis of the physical-chemical parameters that will influence the value of the product and commercialization

Key words. Family farming; Traditional Communities; Craft Production.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas discussões sobre os desafios que envolvem a produção de alimentos na Ilha de Maré, Salvador – Bahia, assim como descreve um conjunto de ações que foram realizadas a partir do Projeto de Intervenção “Revitalização da Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências (ATRAM)”. Em desenvolvimento desde julho do ano de 2019 e fruto das atividades realizadas durante o Tempo Comunidade do Curso Superior de Tecnologia (CST) em Alimentos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, esse projeto foi construído a partir do diálogo com as comunidades da Ilha de Maré, em especial com os agricultores e agricultoras familiares vinculados à ATRAM. Seu objetivo consistiu em desenvolver ações formativas voltadas à melhoria do desenvolvimento territorial local, o que envolve os aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

A Ilha de Maré encontra-se localizada a leste da Baía de Todos os Santos (BTS), pertence ao município de Salvador e ocupa uma área territorial de aproximadamente 10,65 km², sendo composta por 11 comunidades: Praia Grande, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa,

Maracanã, Bananeiras, Botelho, Neves, Itamoabo, Santana e Caquende. De acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010, a Ilha dispõe de 6.434 habitantes, e a maior parte da população se autodeclara negra. Instituída desde 1982 como Reserva Ecológica e inserida na Área de Proteção Ambiental BTS, a Ilha de Maré é historicamente conhecida como uma grande aldeia de pescadores, onde a economia e o modo de subsistência dos seus moradores, na maioria das vezes, “se baseia na utilização dos recursos naturais [...] a pesca, a mariscagem, a produção de peças artesanais, de alimentos [...] etc.” (PAIVA et al, 2011, p. 75).

São escassos os dados documentais históricos da região e grande parte das referências sobre a Ilha de Maré é baseada nos fatos contados pelos antigos moradores do local. Com isso, sabe-se que dentre os manguezais da Ilha existem áreas mais fundas, que segundo os moradores foram os antigos portos de navios negreiros, assim como, há também vestígios dos antigos engenhos e ruínas de construções feitas por escravizados fugitivos.

Nesse sentido, é importante destacar que, das onze comunidades tradicionais existentes no local, seis são certificadas pela Fundação Cultural Palmares enquanto comunidades quilombolas e encontram-se, desde o ano de 2008, com processo de regularização territorial em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), são estas: Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Martelo, Ponta Grossa e Praia Grande.

Para Santos (2017), ao analisarmos a formação de territórios quilombolas, devemos levar em conta: “o contexto regional e histórico, a origem dos grupos, sua relação com a opressão sofrida historicamente, a existência de conflitos fundiários, a situação jurídica das terras onde essas comunidades formaram seus territórios” (SANTOS, 2017, p.121).

As comunidades tradicionais da Ilha de Maré têm nas bases de sua constituição o tripé latifúndio, monocultura e escravidão. É decorrente desse modelo de sociedade senhorial, baseado na propriedade de terras e negros escravizados que ocorre a ocupação da Ilha. Explorados durante décadas, sem-terra e sem trabalho, os ex-escravizados encontraram no mar, no mangue e nas florestas a sua principal fonte de sobrevivência e posteriormente, renda (RIOS, 2017).

Trata-se, portanto, de um coletivo de sujeitos que, construíram no decorrer do processo de ocupação socioterritorial da Ilha, uma identidade étnica (grupo social que possui especificidades culturais, linguísticas, históricas etc. comuns) que permite a eles se autoidentificarem como comunidades quilombolas e, que têm no uso dos recursos naturais a sua principal fonte de renda (ARRUTI, 2006).

Conforme mencionado, a renda econômica na Ilha se dá para a maioria das famílias através do trabalho de extrativos naturais (pesca, mariscagem no mar e nos manguezais, o artesanato com a canabrava e palha de licuri, as rendas de bilros) e da produção agrícola, com diversificadas plantações cujos produtos: coco, banana, mandioca, cana de açúcar, acerola, manga, etc., são comercializados *in natura* e utilizados como base para a produção de alimentos, a destacar o doce de banana na palha e o azeite de dendê.

Todavia, apesar das inúmeras riquezas naturais, associadas não apenas ao ecossistema, mas também ao trabalho realizado por aqueles que vivem e sobrevivem através da/na Ilha, observa-se que o território local também é caracterizado pela existência de inúmeras contradições e desafios sociais, ambientais e econômicos, o que impacta diretamente no desenvolvimento das comunidades.

A infraestrutura local ainda é considerada precária no que se refere à lazer, saúde, educação, saneamento básico e abastecimento de água. A população depende basicamente dos recursos naturais existentes e estes têm sido cotidianamente ocupados, contaminados e privatizados. Nesse ponto é inevitável falar dos inúmeros problemas ambientais e conflitos territoriais existentes.

De acordo com as lideranças do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) no estado da Bahia, essas comunidades também lutam para provar as especificidades que envolvem o território local e garantir os seus direitos territoriais. Pois, além de se tratar de uma área considerada enquanto reserva ecológica e que envolve espaços demarcados como áreas de preservação permanente, esse território também é o local de vida e reprodução social de 6 (seis) comunidades certificadas como quilombolas.

Tal fato deveria garantir à população local alguns direitos. Não obstante aos desafios citados e que envolvem o território tradicional da Ilha de Maré, acrescentam-se, também, outros desafios decorrentes da falta de políticas públicas no local e de acesso aos moradores às políticas já existentes. Ao falar do quanto é dificultosa a execução do trabalho de alguns moradores da região, abre-se espaço para analisarmos os desafios da produção e comercialização dos alimentos de Ilha de Maré, com destaque para a produção do doce de banana na palha, uma linha de produção muito conhecida na região e objeto das ações em desenvolvimento no Projeto de Intervenção citado.

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a culinária envolvendo a banana e o seu beneficiamento, para o desenvolvimento de outros produtos, remete à cultura indígena originária do povoamento local. *“Acredito que, por causa da quantidade de bananais que aqui tinha, os mais antigos viram o doce de banana como uma forma de sustento para as famílias.*

Quando eu nasci já encontrei o doce de banana e minha mãe também dizia a mesma coisa” (DEPOIMENTO, pesquisa de campo, 2020). Atualmente existem 15 famílias que produzem o doce, sendo a maioria da comunidade de Praia Grande. A produção é considerada de pequena a média escala e tem sido reduzida nos últimos anos, devido às dificuldades de cultivo, produção e comercialização.

Faz-se necessária a discussão sobre a relevância para a instrução formativa dos grupos para o desenvolvimento da produção do doce de banana e demais produções alimentícias a ser processada, tendo em vista que é de suma importância atrelar aos conhecimentos populares dos grupos produtivos, o conhecimento científico envolvendo a higiene e legislações que regulam um empreendimento alimentício, suas características e necessidades. A fim de garantir a qualidade da produção e segurança alimentar dos consumidores.

Sabemos a importância da construção de legislações sanitárias aplicadas à produção de alimentos e que toda a rigorosidade tem o motivo de promover à prevenção dos riscos à saúde das pessoas perante os processamentos, comercialização e consumo desses alimentos, porém, algumas dessas legislações desencadeiam ainda mais dificuldades quando se trata da produção de alimentos oriundos das agroindústrias da agricultura familiar, economia solidária e segmentos de produção artesanal.

Não se tratando apenas de seguir as regras perante as leis, mas também falando sobre o conhecimento dessas legislações por parte dos produtores, como os que são vinculados a associações, grupos produtivos, onde a maioria tem apenas o conhecimento popular hereditário passado por gerações e não tem acesso ou não sabem como acessar as legislações e também não possuem condições para a contratação de profissionais responsáveis, capazes de ensiná-los estas questões.

Além do que foi citado acima, existem também questões de infraestrutura dos locais de produção, muito pequenos, produtores não tem um local adequado para a produção de seus alimentos, fazendo assim do seu próprio lar o meio de produção, como é feito nas comunidades tradicionais de Ilha de Maré, que mesmo com o apoio das associações e o trabalho em conjunto, não obtêm doações suficientes para a construção de um local adequado para o processamento de seus produtos, de forma que possam seguir as exigências das legislações sanitárias, assim como, para o armazenamento e distribuição dessas produções.

Portanto, é desse contexto de questionamentos e reflexões que surge o desejo de construção desta pesquisa, qual seja o de compreender os desafios da produção de alimentos na Ilha de Maré, com destaque para a produção do doce de banana na palha. Nessa trajetória

também relataremos algumas ações e atividades que têm sido desenvolvidas no local, visando contribuir com os agricultores(as) para a superação dos desafios identificados.

Importante destacar que, nesta pesquisa, compreendemos os processos de luta vivenciados pelas comunidades tradicionais da Ilha de Maré (a invisibilidade das comunidades, a desvalorização da produção local, a falta de políticas públicas, a falta de terra, as disputas e os conflitos territoriais, entre outros), enquanto uma das dimensões com que a questão agrária se materializa no local. Portanto, as discussões aqui realizadas e as ações planejadas/desenvolvidas tiveram como base essa compreensão e cenário.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A construção deste estudo tem como base os princípios e as técnicas que envolvem a pesquisa participante e pesquisa ação, a qual compreendemos como um “instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular, de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53).

Para o desenvolvimento das ações recorreremos metodologicamente aos seguintes instrumentos: levantamento bibliográfico, estatístico, documental e, principalmente de campo, com a participação em grupos de discussão, realização da observação participante, roda de conversa, caminhadas pelo território, oficinas temáticas etc.

Figura 1. Ilustração de Metodologia aplicada, 2022.



Fonte: Autora, 2022.

No levantamento bibliográfico, temos nos debruçado a compreender, no âmbito da questão agrária, as especificidades que envolvem as comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas da Ilha de Maré, assim como, a importância da produção de alimentos no processo de constituição e resistência das mesmas.

Nesse sentido, as categorias questão agrária; comunidade tradicional pesqueira e quilombola; produção de alimentos e desenvolvimento territorial são categorias essenciais ao debate. Na pesquisa documental e estatística, nos dedicamos à construção de um banco de dados que permitiu traçar o perfil socioeconômico da Ilha de Maré, bem como auxiliou na compreensão do histórico da ATRAM e dos desafios vivenciados pelo grupo produtivo local.

Já na pesquisa de campo, destacamos o desenvolvimento de algumas ações: reuniões, rodas de conversa, diálogo com lideranças, oficinas, construção de diagnóstico, participação em curso, elaboração de tabela nutricional, minicurso, participação em projetos, gestão associativa com a necessidade de reformulação do Estatuto da Associação e de estudo de viabilidade, entre outros.

Stedile (2012, p. 17) descreve e trabalha “o conceito de ‘questão agrária’, como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras da sociedade brasileira”. Através do conceito de Stedile, falamos neste trabalho, no contexto da questão agrária, do modo de vivência, da distribuição, do uso e da subsistência das terras e daqueles que nela vivem e dela sobrevivem, além da compreensão da realidade de classes, das relações sociais e das políticas públicas que surgem, ou não, através dessas realidades e relações.

A identificação das comunidades tradicionais quilombolas se dá por meio de características específicas da mesma e dos que vivem nela, possuindo identidade própria, proveniente da ancestralidade e dos feitos e efeitos sofridos historicamente. O artigo 2, do decreto nº 4.887/2003 diz que para serem considerados remanescentes destas comunidades, os grupos étnicos raciais devem seguir critérios que envolvem a trajetória histórica própria, de modo que essa trajetória apresente especificações de relações territoriais envoltas da ancestralidade, relacionada ao histórico de luta e resistência a opressão e violência, resultante da escravidão sofrida historicamente pelos povos negros (BRASIL, 2003).

De acordo com a Lei nº 11.326/06, são considerados empreendedores(as) familiares rurais e agricultores(as) familiares àqueles que não ocupam áreas maiores que quatro módulos fiscais, quando se utiliza da própria família a mão de obra exercida nas atividades econômicas realizadas no empreendimento e possua um percentual mínimo da renda familiar, que é gerida atividade econômica do estabelecimento ou empreendimento e este considerado agricultor(a)

familiar e/ou empreendedor(a) familiar rural deve dirigir o estabelecimento/empreendimento juntamente com a sua família.

A produção de alimentos está além do preparo de uma receita, pois a produção surge desde o momento de plantio ou da criação de um animal (isso dependerá do segmento da produção), e esta contará com diversas práticas que envolvem muitos fatores e aspectos, a exemplo: manejo de solo, observação climática, práticas de controle e análises, etc. e a produção de alimentos segue até a mesa do consumidor.

A agricultura familiar constitui-se por pequenos agricultores, comunidades tradicionais, pescadores, aquicultores, extrativistas e outros, onde a gestão da propriedade se dá de forma compartilhada, utilizando da democracia e toda a atividade exercida pela família e/ou grupos produtivos se apresenta como principal fonte de renda dos mesmos, havendo casos onde a produção serve para além da subsistência e é destinada ao mercado (BRASIL, 2020).

A produção de alimentos da agricultura familiar está diretamente envolvida com o ambiente e preocupada com a natureza e com a realidade que vivem. As famílias e grupos que exercem esse meio de produção, contribuem não apenas para a renda familiar, como também para o desenvolvimento e reconhecimento das comunidades e de tudo que dela provém.

Portanto, é desse contexto que se dá início ao diálogo com a Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências (ATRAM), localizada na comunidade de Praia Grande. Segundo Lüchmann (2014), as associações cultivam práticas democráticas nas esferas da vida social, essenciais como estratégias para segmentos que necessitam garantias de direitos para promoção de melhorias das condições de vida.

Assim, a escolha da ATRAM decorre por ser esse o espaço onde alguns agricultores e agricultoras familiares produtores do doce de banana se organizam socialmente. As atividades da associação tiveram início na década de 1980, enquanto espaço de organização, luta e defesa do território, a Associação possui, atualmente, cerca de 25 famílias na sua base social.

O seu histórico de atuação é caracterizado pela construção de ações aliadas aos interesses e necessidades dos moradores da Ilha, seja no auxílio, na defesa de seus direitos e do território, ou na construção de estratégias para fortalecimento do desenvolvimento local, a destacar a oferta de cursos de panificação, produção e confecção de artesanatos e do doce de banana na palha, bastante comercializado para as pessoas da região, visitantes e, em alguns casos, exportado para outros municípios, estados e até mesmo países. O que confirma a grande potencialidade dessa produção.

Outras ações desenvolvidas pela ATRAM, desde sua constituição, foi a submissão de projetos de apoio aos agricultores(as) familiares, dentre os quais se destaca a aquisição de maquinários para o processamento de polpas de frutas oriundas do próprio plantio, uma área coletiva de cultivo do grupo, cuja produção era utilizada para o consumo, além de servir de matéria-prima para outras produções.

Após alguns anos de luta e desafios (falta de terras, políticas públicas, disputas territoriais, restrições na comercialização etc.), os associados mais antigos foram deixando o espaço e não houve uma inserção da juventude, fato que levou ao enfraquecimento das ações promovidas pela ATRAM. Tais fatos reforçaram a motivação pela escolha dessa Associação como objeto de atuação do projeto de intervenção citado.

Outra motivação que desencadeou a aproximação com a ATRAM e o desenvolvimento desta pesquisa foi a existência de minha base familiar ligada à produção do doce de banana. Nascida em um hospital do Subúrbio Ferroviário de Salvador como a maioria dos moradores da Ilha, devido à falta de maternidade ou qualquer outro atendimento hospitalar no local, fui criada e resido há 20 (vinte) anos na comunidade de Praia Grande na Ilha de Maré, onde tive a oportunidade de ter contato direto com a produção do doce de banana, através da senhora Emilzete Ribeiro Neves minha avó, *in memoriam*.

Enquanto agricultora familiar, a mesma esteve na produção do doce por mais de 40 anos, uma forma de complementar a renda da família.

“Lembro-me bem do jeito que ela tinha de preparar o doce, sempre com muito carinho e paciência. Sua calma ao enrolar os doces com a palha seca natural da bananeira. É por esse histórico que valorizo essa cultura e luto para que a mesma não caia no esquecimento” (NOTAS DA AUTORA, maio de 2020).

Após a morte da Sra. Emilzete, alguns filhos seguiram com a produção, o Sr. Dagmário e a Sra. Simone Neves, porém em menor escala. São notáveis neles a mesma dedicação, o sentimento de carinho e os procedimentos técnicos para a produção do doce. Assim como, também é perceptível a preocupação com a desvalorização da produção e o receio da não continuidade da cultura pela juventude da Ilha.

Daí a origem de algumas inquietações motivadoras desta pesquisa: a necessidade de identificar os desafios da produção de alimentos na Ilha de Maré e, a partir disso, valorizar e evidenciar a cultura e a importância da produção do doce de banana na palha para o local. Para tal propósito é necessária, além do resgate da questão cultural, a criação de estratégias que potencializem o processo de produção, beneficiamento e comercialização do produto. Por isso, as pretensões e contribuições almejadas no Projeto de Intervenção “Revitalização da

Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências - ATRAM”.

3. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA ILHA DE MARÉ – BAHIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Ilha de Maré tem por sua composição comunidades tradicionais pesqueiras e dentre essas comunidades, algumas são certificadas e reconhecida por remanescente de Quilombo, onde são desenvolvidas no cotidiano, atividades que promovem a veracidade para a denominação dessas comunidades como territórios tradicionais.

De acordo com o Decreto de nº 6040/2007, que classifica os povos e as comunidades tradicionais como grupos onde seus participantes se reconhecem dentro de uma mesma cultura, socializam e discutem uma mesma temática e que utilizam seus recursos naturais como fonte de vida em diversificados aspectos, que podem estar relacionados a cultura, a religião, ancestralidade, econômicas, dentre outras coisas. E assim também define os territórios tradicionais como os espaços que podem e devem ser utilizados para a realização e/ou reprodução dessas atividades ou aspectos. Portanto,

Embora esteja amplamente difundida em diferentes esferas governamentais e não governamentais nacionais e internacionais, trata-se de um conceito novo, que emergiu há poucas décadas. A Constituição Federal, por meio do artigo 215, determina que o Estado proteja as manifestações culturais populares, indígenas e afrobrasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. No artigo 216, a Constituição Federal determina que deve ser promovido e protegido pelo Poder Público o patrimônio cultural brasileiro, considerando tanto os bens de natureza material quanto imaterial – o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (CNDH, 2018. pág.17).

Uma das atividades que são realizadas no cotidiano dos “marezeiros”, como as pessoas que moram em Ilha de Maré, se chamam, é a pesca artesanal que gera a renda da maioria das famílias da ilha, bem como também a alimentação da sua própria residência.

Mas a pesca artesanal na região também lida com os desafios acarretados no dia a dia, que envolvem questões que são debatidas repetidamente pelos representantes locais em conjunto com os movimentos sociais, a fim de buscar os direitos que devem ser garantidos como é declarado pela lei.

Os problemas cotidianos vividos pela população, se referem a um conjunto de obstáculos que fazem parte da questão agrária vivenciada na região e que está cada vez mais presente e visível aos que querem ver. Desde os diversificados problemas ambientais que são

ocultados aos olhos dos órgãos de proteção, levando aos pescadores, marisqueiras e toda a população a um estado de vulnerabilidade perante as situações que envolvem a saúde, a alimentação das famílias e o estado econômico da região, o qual se dá em grande maioria através desta extração.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrendo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “commodities”; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua conflitualidade. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos com prometem resolvê-la, vence os religiosos que creem. no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência. (FERNANDES, 2004, pág. 04).

Através destes obstáculos, cresce o medo que alguns moradores têm, dentre estes a maioria são jovens, que perdem as perspectivas e esperanças de que as possibilidades e potencialidades ligadas a pesca artesanal sejam reais, fazendo com que percam o interesse não apenas em realizar este trabalho, mas também de o defender, uma vez que, passam a vivenciar a escassez de espécies marinhas que por centenas de anos geraram o sustento da Ilha e das famílias que lá habitam.

A produção pesqueira artesanal, além de ser saudável é rica em diversos nutrientes e expressa os conhecimentos ancestrais das mulheres e dos homens das águas (SACRAMENTO, SILVA. 2019), portanto, quando este medo de que esse meio de sobrevivência possa acabar é disseminado nessas pessoas, corre-se o risco de que as expressões dos conhecimentos ancestrais que são passados de geração para geração, deixem de existir e dessa maneira se percam também a cultura e tradições dessas comunidades tradicionais.

Para as comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha, a arte de ser pescador artesanal se traduz também nos laços de pertencimento e na valorização do trabalho de centenas de famílias que amanhecem no mar/manguezais, cuidam das roças e anoitecem no beneficiamento dos pescados. Trata-se de aproximadamente 4.000 mil pescadores e marisqueiras que se dedicam diariamente à captura, beneficiamento e comercialização dos pescados e mariscos (RIOS, 2020, pág. 09).

Desta forma, considero importante que sejam mais vistos o trabalho de pesca artesanal realizados pela comunidade pesqueira de Ilha de Maré, bem como as demais atividades econômicas que são geridas nas localidades, a fim de que possa gerar uma visibilidade aos trabalhos que influenciam o desenvolvimento territorial local e que se preserve o histórico cultural e as tradições da região, bem como, de certa forma, sensibilizar as pessoas à conhecer

a luta vivenciada pela população diante dos conflitos que ocorrem na ilha. A visibilidade dada por meio de “exposição” nos dias atuais é capaz de gerar conhecimento e impulsionar as notícias a serem encaminhadas por todo o mundo.

Para os pescadores e marisqueiras artesanais de Ilha de Maré e demais moradores, buscar um meio de formação como a que é proporcionada pela Escola das Águas, buscar como e o que é necessário para que essa formação e que esse modelo de educação seja proporcionado a todas as comunidades da Ilha.

Uma escola que afirme a necessidade do diálogo entre a realidade vivenciada pelos pescadores artesanais em seus territórios e, principalmente com o seu trabalho. Um processo educativo, onde as linguagens do mar possibilitem a construção de entendimentos humanos acerca da natureza marinha e das forças para lidarem com as águas e compreenderem os tipos de ventos e os movimentos das marés, explicitando habilidades pesqueiras, para ouvir e sentir essas mudanças. (SANTOS et al., 2019)

E assim compartilho do pensamento de Rungo (2020), que percebe o quão é necessário e importante que seja implementada a educação ambiental no cotidiano dos pescadores artesanais e em suas respectivas comunidades tradicionais, bem como, que seja feito por profissionais um acompanhamento da realização deste trabalho, a fim de que sejam preservados os recursos naturais, de modo que, o meio ambiente não venha a ser prejudicado e assim garantindo também o bem estar dos pescadores e da comunidade.

Além disso, muitas famílias também desenvolvem a agricultura e o extrativismo vegetal como forma de complementar a renda (RIOS, 2020), bem como, a produção de alimentos também de forma artesanal, como a produção de azeite de dendê e o doce de banana na palha, tradicional da ilha. A produção desses alimentos se dá por meio de processamento tradicional agroecológico, de modo que contribui para o desenvolvimento territorial da ilha.

Conforme citado, um dos principais produtos cultivados pelos agricultores é a banana, também responsável pela tradição histórica presente no local que é a produção do doce de banana na palha. A produção de banana no Brasil é muito popular, assim como o seu consumo, que está agregado a diferentes classes da sociedade. É um fruto que alimenta, gera trabalho e renda para muitas famílias e seu valor vai além dos custos que envolvem o dinheiro, pois faz parte de inúmeras vidas e está associada a muitas possibilidades.

A banana é a fruta de maior consumo anual per capita no Brasil, atingindo todas as camadas da população. A boa aceitação da fruta deve-se aos seus aspectos sensoriais e ao valor nutricional, consistindo em fonte energética, devido à presença de carboidratos, de minerais, como o potássio, e de vitaminas (SILVA, RAMOS, 2009, pág. 551)

As bananas são mais presentes nos países tropicais, porém, é muito consumida no mundo inteiro, sendo utilizada em diversificadas receitas. No Brasil é uma planta bastante comum e está presente na casa na maioria dos brasileiros, é facilmente consumida in natura e faz parte principalmente das famílias que possuem menor poder aquisitivo, ou seja, de baixa renda. Portanto, é uma fruta que além dos seus benefícios de acordo com o valor nutricional que lhe é agregado, é capaz também de alimentar inúmeras pessoas, inclusive as de baixa renda, por oferecer um custo mais acessível.

Em Ilha de Maré, a produção de banana sempre foi muito presente na vida dos seus habitantes e a maioria dos produtores da ilha sempre priorizaram o plantio de bananeiras, resultando em muitos bananais, no consumo elevado da fruta e de seus derivados pela população local. As formas de consumo mais comuns eram a fruta in natura, vitaminas, angu de banana (ou pirão) e principalmente o doce de banana na palha produzido pelas doceiras da ilha.

Além do consumo, a cultura de cultivar bananas também serviu e serve até hoje como meio de gerar renda às famílias da ilha. Assim como o fruto, os resíduos da bananeira também são utilizados. As folhas verdes são usadas para descanso e o esfriamento do doce de banana após sair do tacho no fogo a lenha. Já as folhas secas são usadas para enrolar os doces depois de cortados e as talas de bananeiras também já foram muito utilizadas em produções artesanais como confecções de esteiras.

Um dos maiores e mais dificultosos desafios para a produção da banana e dos alimentos em geral na Ilha de Maré, se trata da posse de terra pelos produtores, que inviabiliza uma produção de maior quantidade que possa garantir o sustento e alimento das famílias, mesmo que no século XXI ainda vivemos e convivemos com o latifúndio.

A mobilização social da comunidade também passa por muitos desafios, sendo necessário lidar com ações de sensibilização, no intuito de despertar nas pessoas a conscientização de que é preciso buscar mais a valorização do histórico local, suas origens, a cultura e toda a história de luta e resistência que carregam, a fim de que sejam preservados os movimentos e as conquistas dos antepassados, bem como, que as próximas gerações tenham conhecimento sobre isso.

No dia a dia, os moradores de Ilha de Maré tem como principal conflito ambiental o embate constante com a poluição que ocorre por consequência das empresas, indústrias químicas e portuárias situadas nas redondezas da ilha, que geram conscientemente poluição, degradação e contaminação química do oceano, da atmosfera e do solo atingindo todo e qualquer ser vivo próximo e até distante, tendo em vista que os pescados comercializados pelos

pescadores e marisqueiras, os frutos e os doces produzidos na ilha são também transportados para outras regiões.

Além de preocupar-se com a questão dos terrenos, sendo muitas vezes limitados a produzirem em um espaço muito pequeno, às vezes reduzido a pequenas plantações no quintal de suas residências, as famílias que utilizam da agricultura como fonte ou complementação da renda familiar, vivem também atentos e observam grandes mudanças no plantio de diversas espécies, que assim como os pescados que surgem na areia da praia mortos “sem motivo” aparente, as árvores, plantas, os frutos têm ficado escassos, apresentam mudanças físicas e sensoriais, estando cada vez mais secos, isso quando é possível realizar a colheita.

A Ilha de Maré encontra-se localizada na BTS, espaço este de diversos empreendimentos industriais nos variados segmentos. As atividades desenvolvidas por essas empresas têm interferido diretamente nas condições ambientais do local, além disso, colocam em risco a saúde e a renda das centenas de famílias que vivem, se alimentam e sustentam suas casas através das atividades realizadas neste território.

É possível observar que os impactos vão além da poluição que atinge o mar e os manguezais, pois os produtos químicos utilizados nas grandes empresas localizadas no entorno da Ilha são descartados também em forma de fumaça, o que causa a poluição do ar, que ao chegar às comunidades da Ilha prejudica o solo e interfere na qualidade dos alimentos cultivados na região. De acordo com Boaventura de Sousa Santos,

O seu riquíssimo ecossistema tem sido destruído desde os anos de 1960 pela poluição causada pelas indústrias e empresas multinacionais construídas em volta da zona de operação portuária do Complexo de Aratu, a poucos quilômetros da ilha. O problema assumiu nos últimos anos proporções de desastre ambiental e de calamidade pública. Ondas de fumaça residuais pestilentas expelidas sem filtros e trazidas pelo vento, carga e descarga nos navios de minérios e produtos químicos altamente tóxicos sem qualquer precaução acabando por se espalhar no ar (odores de enxofre e gases de amônia) e no mar onde também se faz a lavagem dos navios, tudo isto tem contribuído para que tanto a saúde como o modo de vida destas populações pobres venham sendo inexorável e paulatinamente destruídos. (SANTOS, 2018, s.p.)

As comunidades da Ilha de Maré lutam, há décadas, para provar ao Estado, empresários e órgãos ambientais que o modelo de desenvolvimento, historicamente empregado na BTS, além de estar degradando uma área de grande importância ambiental do Estado, ameaça diretamente a vida de inúmeras famílias, que têm no uso dos recursos naturais a sua principal fonte de renda.

Sousa (2017, p. 22), diz que,

Atualmente, o sistema portuário da BTS é operado em áreas sob a jurisdição da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e está dividido da seguinte forma: Portos (Salvador e Aratu/Candeias) e Terminais de Uso Privativo (TUP) -

Terminal Madre de Deus, TUP Ponta da Laje, TUP Dow Aratu, Porto Cotegipe, TUP Usiba, Terminal de Regaseificação da Bahia e Estaleiro Paraguaçu.

É a atuação desses setores petroquímicos e portuários que causam os mais diversificados danos à saúde ambiental e humana das redondezas e conseqüentemente de Ilha de Maré.

Vários produtos químicos, classificados pelo CONAMA como perigosos ou muito perigosos, foram encontrados nas indústrias que apresentam potencial de contaminação/poluição. As empresas que emitem maior diversidade de compostos são a RLAM, DOW, Betumat e Brasquímica, a Proquigel e as Indústrias de Fertilizantes. Dentre elas, a RLAM, DOW e Proquigel emitem poluentes muito perigosos. Como por exemplo, o MMA- Metacrilato de Metila, que de acordo com sua FispQ - Ficha de informações de segurança de produtos químicos para a pele, é extremamente irritante e corrosivo e altamente tóxico. Rapidamente absorvido através da pele. Uma taxa de 80% de mortalidade foi observada em um estudo de exposição de coelhos até 200 mg/kg. Já para a inalação, quando está exposto a altas concentrações pode agredir temporariamente o sistema nervoso com irritação, náusea, vômito e diarreia. Outros efeitos podem incluir dor de cabeça, debilidade, falta de ar e desmaios (BISPO, 2018 p. 18).

Segundo Porto (2013), a Bahia apresenta maior quantidade de conflitos dentre os estados do Nordeste, informando 16 conflitos principais e 4 conflitos relacionados através da distribuição de conflitos por estado, os autores escrevem a Bahia como um dos recordistas, estando atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro respectivamente e representando 5,9% dos casos de conflitos ambientais no país.

Os autores demonstram também a distribuição dos conflitos por territórios, e as pesquisas indicam que mais de 60% dos territórios atingidos pelos conflitos, são territórios rurais que abrangem o campo, as florestas e as zonas costeiras de modo que afetam as comunidades tradicionais, assim como é a Ilha de Maré.

Ainda segundo Porto (2013), os problemas relacionados à questão de saúde e insegurança alimentar são questões de conflitos, constantemente informadas e apresentam alta porcentagem no que diz respeito aos danos e riscos para a saúde que são registrados no mapa de conflitos, dentre os danos e riscos mais sinalizados estão, a piora na qualidade de vida, doenças não transmissíveis ou crônicas, violência seguida de ameaça, insegurança alimentar e falta de atendimento médico, com 79,80%, 40,07%, 37,71%, 30,98% e 29,97% respectivamente.

As doenças crônicas apontadas estão relacionadas às múltiplas formas de exposição aos poluentes, como agrotóxicos e substâncias químicas de indústrias ou depósitos de resíduos. O tema da soberania alimentar (isto é, do direito dos povos e comunidades a produzir, comercializar e consumir seus alimentos de acordo com sua cultura e modo de vida, garantindo tanto o seu sustento como sua reprodução social e a preservação da natureza e da sua saúde) e da desnutrição surge como relevante em vários territórios rurais, indígenas e quilombolas[...]. Também o agravamento das doenças transmissíveis pela degradação ambiental e falta de saneamento básico aparecem de forma relevante nos conflitos. Outro aspecto importante, diretamente relacionado à qualidade de vida, é o sentimento de desamparo, expresso pela falta de atenção médica

por parte do sistema de saúde, seja para com os povos originários e comunidades tradicionais vulnerabilizados, seja para com as comunidades expostas a diversos perigos (Porto (Org.) et al, 2013, p. 67)

A frequente poluição por consequência dos empreendimentos químicos presente nos arredores da ilha, gera tal desconforto, odor, tonturas e imensurável degradação ambiental, confirmando todas as informações relacionadas ao estudo que envolve o mapa de conflitos.

Degradação esta que se dá por meio do solo, do mar, da atmosfera, afetando todos os aspectos de vida presente no território e por consequência prejudicando não apenas a saúde humana, de forma direta, como impedindo o desenvolvimento da produção agrícola, das atividades de pesca, mariscagem e extrativismo, tendo em vista que o solo, as águas e o ar possuem poluentes, que podem acarretar aos alimentos características patogênicas que atingem a saúde humana, ocasionando a insegurança alimentar.

Diante destes desafios e possibilidades, devemos levar em consideração que Ilha de Maré ainda sofre com a falta de saneamento básico o que pode dificultar de forma significativa a tentativa de implementar as adequações de uma agroindústria ou qualquer meio de produção na região, influenciando na implementação de locais de escoamento por exemplo.

É importante pensar nessas implementações, com muita atenção, para que não ocorram erros, mesmo que esses sejam reversíveis, pois se sabe que não se deve pôr em risco a segurança do ambiente e das pessoas. É proibida qualquer iniciativa que possa gerar a degradação do meio ambiente e/ou que venha a causar danos à saúde das pessoas ou qualquer ser vivo que faça parte do ambiente.

O doce de banana é considerado o carro chefe de Ilha de Maré, quando se trata do processamento de alimentos, mas é interessante falar que já houve outras produções que poderiam ser resgatadas, pois fazem parte do histórico social da região.

Ilha de Maré já teve o beneficiamento de derivados da mandioca, as casas de farinha foram a muitos anos atrás o sustento de muitas famílias, levando em consideração o rico plantio de mandioca que possuíam, ainda que em poucas terras. Bem como a produção de polpa de frutas que poderia ser um excelente avanço econômico para a região e para a população como um todo, pois é uma produção que envolve um ciclo de renda que priorizaria o crescimento monetário de toda a ilha.

Desde que as frutas utilizadas fossem oriundas da ilha, de forma que geraria renda para os produtores locais sendo então um modelo de economia solidária e um produto que faria parte da agricultura familiar, tendo em vista que não seria utilizado nenhum tipo de insumo e demais

substâncias químicas, como os agrotóxicos, nada que pudesse ser levado à comparação com o agronegócio.

É importante comentar também sobre a produção de cacau existente na região, que não chega a ser tão consumido e que muitas vezes gera o desperdício, o cacau é uma rica matéria prima que gera muitos produtos e subprodutos que agradam ao paladar de todo o mundo, desde os mais simples, como a fruta in natura, até a polpa, o mel de cacau, a produção de nibs, a manteiga de cacau, o chocolate, o cacau em pó e seus demais derivados. Esta é uma produção que pode gerar muito desenvolvimento, mas que a população desconhece.

Mas para todas as produções é preciso possuir os equipamentos, as máquinas, o espaço adequado e mais que isso, é necessários profissionais capacitados e com conhecimento para atuar na produção.

Essa falta está presente não apenas para as produções de polpas de frutas em geral e para o beneficiamento do cacau, mas também para a produção do doce de banana, pois para incentivar uma produção que possa ser inserida no mercado, é preciso analisar o local de produção, os utensílios que são utilizados, o produto em si, buscando avaliar suas características, a forma como é produzida, a identidade visual e demais obrigatoriedades e regras que devem ser seguidas para melhor atender ao público, de forma que não venha a causar danos à qualidade do produto e a saúde do consumidor.

Através de organização social, é possível desenvolver estratégias para que sejam avaliadas as possibilidades de gerar mudanças no meio de produção, visando o crescimento do desenvolvimento da comunidade em seus diferentes aspectos. A ATRAM é uma associação que vem buscando e lutando por essas melhorias e possibilidades há décadas e através da luta, militância dessas pessoas, dessa associação e dos grupos produtivos presentes. Foram recebidas muitas conquistas, assim também como passaram por muitas derrotas e nunca desistiram.

É o que Lüchmann debate sobre o papel da associação como promotora de cooperação, de confiança, de comunicação e de espírito público, como fundamentais para a democracia e a redução de comportamentos oportunistas. Além disso, a autora afirma que a associação desenvolve “um senso de pertencimento coletivo e produzem práticas de colaboração que são sustentáculos da vida democrática” (2014, p. 163).

4. A ASSOCIAÇÃO DOS QUILOMBOLAS, TRABALHADORES RURAIS, ARTESÃOS, PESCADORES E MARISQUEIRAS DE PRAIA GRANDE E ADJACÊNCIAS (ATRAM): ESPAÇO DE LUTA E RESISTÊNCIA

A existência legal da associação aconteceu no ano de 2000, quando o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foi registrado, assim abrindo caminhos para o desenvolvimento da comunidade através do trabalho, enfrentamentos e solidariedade dos membros que, antes de serem reconhecidos como associação já faziam, buscando realizar o bem para seus conterrâneos e também para demais pessoas que precisassem. A ATRAM venceu batalhas, superou dificuldades, foi registrada, vista e apoiada, recebeu ajuda e foi auxiliada por outras associações, conselhos e movimentos de diferentes lugares.

A ATRAM, associação contribuinte para desenvolvimento desta pesquisa, surgiu entre os anos 80-90, antes ainda sem identidade de movimento, teve início através do reconhecimento da terra frutífera e rica, que aos olhos de um cidadão que identificou traços quilombola na comunidade, deu-se também início a uma luta por posse do território quem pertencia a muitos e não a tão poucos, mas além de terra, uma luta por um espaço que daria às pessoas algo que serviria como fonte de renda e dignidade àqueles que precisavam.

Os participantes e colaboradores da ATRAM, alguns já ausentes, enfrentaram muitos conflitos e batalhas, foram perseguidos, ameaçados, julgados, presos e injustiçados, apenas por buscar dignidade e estabilidade de vida. Por conta de todas as dificuldades que enfrentaram, resolveram unir forças, para se opor aos perseguidores e irem em busca de melhorias de sobrevivência, com auxílio de casas de farinha e mutirão de agricultores em roças e os produtos se expandiram para os canais de venda populares da época.

Com tudo isso, passou a oferecer cursos e oficinas para as pessoas da comunidade e assim também, aprimoraram suas práticas. Eram ofertados cursos de: capacitação profissional, panificação, produção e confecção de doce de banana na palha, artesanatos e muitos outros. Trabalhou também com o processamento de polpas de frutas oriundas do próprio plantio, que era utilizado para consumo, produção e comercialização e ainda eram doados para pessoas carentes, instituições e ONGS.

As formações citadas aconteceram em parceria com a Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), onde a ATRAM desenvolveu o projeto intitulado de Solidariedade para o Desenvolvimento (Praia Grande – Ilha de Maré), que beneficiou 30 jovens entre os anos 2001 e 2002, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Ao serem questionados sobre o que levou a associação a situação dos dias atuais, onde o número de associados é significativamente menor, a produção é de baixa escala, geralmente sendo priorizada para o consumo das famílias que participam do processo de produção agrícola, pois a quantidade é insuficiente para que sejam doados a outras pessoas.

Então é possível observar as inquietações do pequeno grupo que apresenta sentimento de impotência, tendo em vista que a situação vivenciada pela associação hoje não oferece às pessoas uma perspectiva de possibilidades, mas sim de retrocesso, principalmente quando comparados a propaganda, que tem se mostrado cada vez mais presente na comunidade, divulgada pelas grandes empresas como a Braskem, que recentemente têm ofertado muitos cursos de capacitação na região, além de projetos que ofertam atividades de base ecológicas e proteção ambiental para combater problemas de degradação gerados por empresas associadas e similares a mesma, na região.

Grande parte da população tem se associado aos projetos financiados pela Braskem, que tem ocasionado muitos conflitos entre as associações e também entre os associados da Colônia de Pescadores. Isso interfere diretamente no processo de fortalecimento de associações como a ATRAM, tendo em vista que uma associação se encaminha através da união entre os seus membros para o desenvolvimento conjunto das ações, que fazem parte do cotidiano da associação.

Além disso, a ausência dos jovens causa o desconforto de um “lar vazio e sem visão de futuro”, como citado em um diálogo com os membros, considerando a grande preocupação com o crescimento da violência e do tráfico de drogas que acontece de forma escancarada na ilha. Local há muito considerada como um local agradável, amigável e acolhedor. Hoje o medo tem tomado conta, dificultando as ações de desenvolvimento e crescimento da cultura existente há séculos.

Diante do que foi proposto para este trabalho em termos de pesquisa, alguns resultados foram alcançados e ações realizadas, desde as contribuições que garantiram a construção de pesquisas dentro das comunidades tradicionais, com base na Educação do Campo, priorizando as demandas dos povos do campo, das águas e suas experiências, identificando as questões agrárias em suas diferentes formas e como se comporta/atua nas regiões e impactam os indivíduos, até o desenvolvimento de atividades formativas, de caráter informativo, a construção de várias experiências e compartilhamento dos saberes presentes nas comunidades.

Apesar de todas dificuldades e inseguranças que perpassa já há alguns anos, a situação enfrentada atualmente na associação segundo o Sr. Antônio Santana (Líder da associação e um dos representantes da comunidade) é que “*a qualidade é mais importante que a quantidade,*

então mesmo que seja difícil o trabalho deve continuar” e através do diálogo foram geradas algumas propostas de ações com o intuito de gerar a mobilização da associação e o interesse das pessoas em participar, ou pelo menos conhecer o trabalho realizado pela ATRAM.

Também foram objetivos das propostas, incluídas como ações do projeto de Intervenção, a chance de despertar nos poucos o reconhecimento de que a qualidade citada por Antônio é de essencial importância e é esta que pode contribuir para a quantidade.

5. A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PELOS/AS ASSOCIADOS/AS: O DOCE DE BANANA NA PALHA DA ILHA DE MARÉ - BA

Para implementar a metodologia desta pesquisa e para o desenvolvimento das ações, foram utilizadas algumas ferramentas que desencadearam a construção e realização das atividades pensadas e sugeridas juntamente com os grupos produtivos e em diálogo com a associação. Dentre estas ferramentas, o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, onde são empregados alguns instrumentos que facilitam a compreensão do cenário em que a associação se encontra. O Projeto de Intervenção após utilizar os instrumentos do DRP, iniciou o desenvolvimento de ações para intervir de alguma forma nas dificuldades descritas no processo do DRP.

Foram utilizados como instrumentos a árvore de problemas, onde o grupo definiu a Organização e Mobilidade da Comunidade, Infraestrutura e Comercialização como os principais problemas da ATRAM no momento, foram levantadas como causas desses problemas: individualidade, falta de envolvimento dos jovens, necessidade de liderança, ausência de recursos, manutenção e parcerias. Como consequências destes problemas surgem o enfraquecimento, o desestímulo da comunidade e conseqüentemente da associação, bem como, a falta de produção.

Também foi construído um mapa da comunidade demonstrando a localização da sede da associação, os pontos/unidades considerados de necessidade e a importância para a comunidade, entre estes foram destacados a Escola Municipal, a Unidade Básica de Saúde, EMBASA, igrejas, área florestal, fontes, manguezais e mar. Por fim, construímos o Diagrama de Venn identificando as relações e parcerias que se encontravam mais próximas e mais distantes da associação. Tendo realizado o DRP, os dados obtidos através dos instrumentos foram usados para a construção do Projeto de Intervenção.

Para a implementação do projeto de intervenção foram realizadas ações de diálogo que além de contribuir para o problema de mobilização contribuiu para que a associação não se considerasse mais inativa, possibilitando a volta das suas atividades, além da proposta realizada do retorno das contribuições mensais dos associados que não acontecia já a um período longo impedindo a geração dos recursos de manutenção da associação.

Houve uma reunião com Maria José (Zezé) Pacheco, Secretária Executiva do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP na qual foram dialogadas as demandas referente ao projeto CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura, que a ATRAM foi inscrita e onde puderam retomar as atividades de produção agrícola realizada na roça coletiva da associação.

Além destas ferramentas, foram realizadas ações formativas como, por exemplo, a Oficina de Base Agroecológica pensada pela discente e ministrada pela Professora Me. e Engenheira Agrônoma Isabel Jesus, onde o grupo responsável pelas atividades agrícolas juntamente com a discente e docente visitaram a roça coletiva para o reconhecimento e identificação dos bioindicadores do local, bem como, a identificação dos tipos de solo e as plantações existentes e possíveis para a região. As atividades citadas no texto foram registradas conforme mostra a figura abaixo.

Figura 2: Registros das atividades realizadas, 2022.



Fonte: Registros fotográficos da autora, 2022.

Das mais recentes atividades realizadas, a Formação de Associativismo e Cooperativismo, onde participaram não apenas os membros associados da ATRAM, como também lideranças e mais pessoas de comunidades vizinhas, gerando um diálogo mais amplo e participativo, onde todos puderam demonstrar suas inquietações, compartilhar memórias, histórias e experiências, retratando a Ilha de Maré do passado, do presente e o que se espera do futuro (Figura 3).

Através dessa oficina aconteceu a abertura para uma nova atividade que foi realizada, o Estudo de Viabilidade para a produção do Doce de Banana. Além, do desenvolvimento das tecnologias e melhorias a serem aplicadas na produção, que envolvem a criação de identidade visual, desenvolvimento de embalagens e rotulagens adequadas, tabela de informação nutricional e análises, a fim de empregar ao doce de banana e possivelmente em outras produções, as adequações exigidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Figura 3. Oficina de Associativismo e Cooperativismo, 2022.



Fonte: Registros fotográficos da Autora, 2022.

O estudo de viabilidade econômica no contexto da gestão associativa precisa trazer nas suas bases a participação da base social como fundamento, em que a análise econômica do empreendimento que o grupo pretende realizar precisa entrelaçar as questões de administração e as relações associativas, traduzidas nos compromissos e nas responsabilidades coletivas (CAPINA, 1999). Esse o estudo busca superar o desafio de entrelaçar eficiência econômica com processos democráticos e participativos, em uma associação que tem como objetivo garantir melhorias das condições de vida de agricultores e agricultoras na Ilha de Maré.

5.1 DOCE DE BANANA NA PALHA DA ILHA DE MARÉ - BA

O doce de banana produzido artesanalmente na Ilha de Maré, segue uma linha de produção cultural típica da região, uma produção de representação tradicional passada de geração em geração dentro das famílias que o produzem. Possui características específicas que envolvem a utilização de médios e grandes tachos, o cozimento se dá por meio do fogo à lenha, dentre outras especificidades.

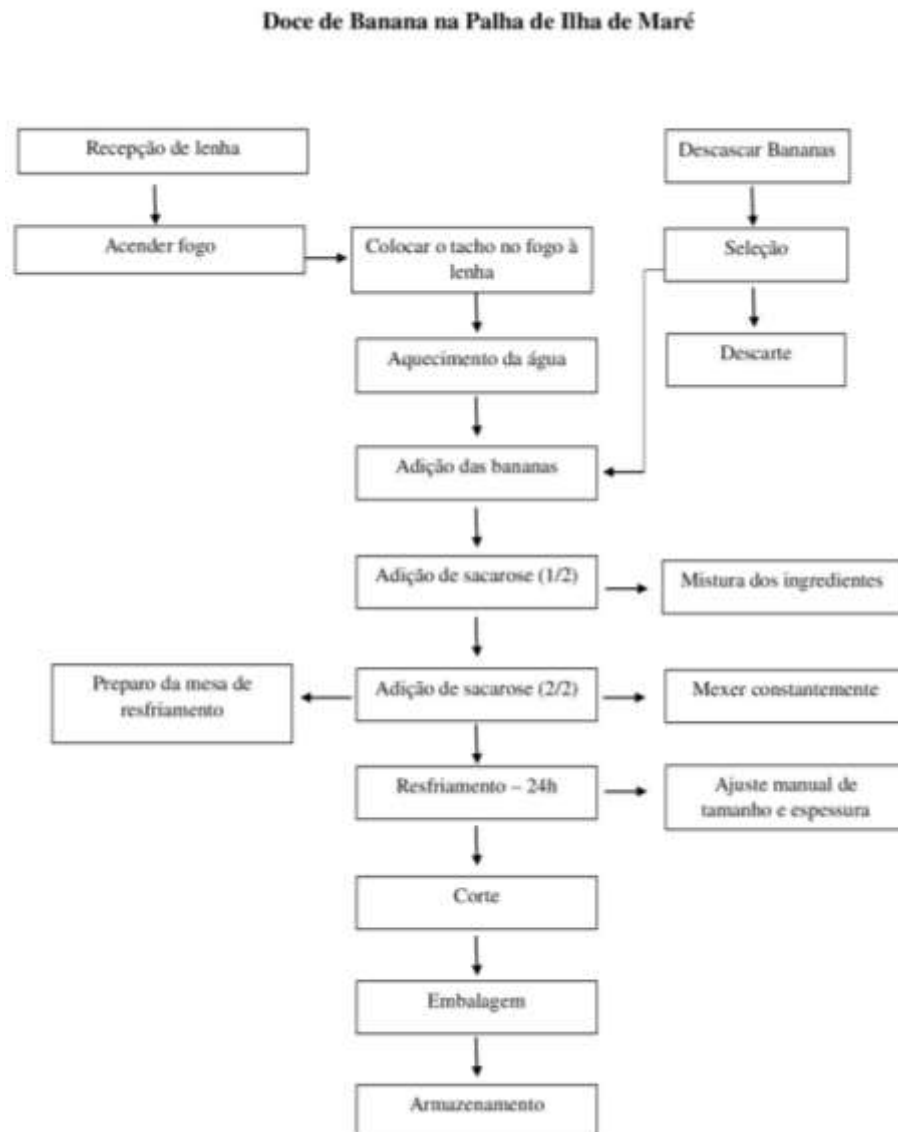
É de importante destaque, que a produção de doce de banana da Ilha de Maré, que é embalado em palha (folha seca) da própria bananeira, possui quantidade de açúcares adicionados inferior a 50 partes da receita e ainda há famílias que realizam a produção sem adição de açúcar, isto pensando na oferta do produto para pessoas que possuam restrições, como exemplo pessoas diabéticas.

A produção é bastante apreciada na região, os conterrâneos sempre procuram e oferecem às pessoas de fora, a busca pelo produto é constante, favorecendo a comercialização por meio de encomendas que são transportadas dentro e fora da Ilha, mas também para fora da cidade de Salvador e do estado da Bahia.

Algumas doceiras relatam que seus doces já foram comercializados inclusive para o exterior, o que dificulta essa comercialização são os trâmites necessários para a adequação e inserção deste produto ao mercado em concordância com as legislações para tal. Nenhuma família que utiliza da produção como fonte ou complementação de renda possui registro, informação nutricional ou de origem contida no produto.

Apenas o produto embalado em papel manteiga, enrolado na palha e colocado em saquinho fechado com cordão. Na Figura 4, pode ser visualizado o fluxograma de produção e na figura 5 é possível visualizar algumas etapas e também como a embalagem foi descrita anteriormente.

Figura 4. Fluxograma de Produção do Doce de Banana, 2022.



Fonte: Autora, 2022.

A partir dessas informações e demais outras, a partir da proximidade da autora com a produção, que surgiu a possibilidade de dar início ao desenvolvimento de tecnologias ao redor da produção de alimentos, que visam proporcionar o melhoramento e desenvolvimento do doce de banana, que garante e auxilia a renda de famílias da Ilha de Maré.

Figura 5. Etapas de produção e pacote do doce de banana, em 2022.



Fonte: Autora, 2022.

Para o desenvolvimento da Tabela de Informação Nutricional, foi preciso estudar a formulação do produto, o resultado pode ser visto na figura 6. O rótulo deve conter informações que são obrigatórias e de grande importância, como a data de fabricação e validade, a tabela de informação nutricional como foi citada acima, o nome do produto, o endereço de origem do produto, os ingredientes utilizados em sua fabricação, o peso e outras informações não menos importantes.

A identidade visual do rótulo é um grande diferencial para qualquer produto, por isso, para a criação de uma logomarca foi crucial avaliar elementos que retratam a realidade de sua origem. A logomarca pode ser visualizada na figura 7.

Os elementos retratados na logomarca representam a Ilha de Maré, a areia mais escura que de imagens mais comuns, pois retrata melhor a realidade do local, substituindo o comumente utilizado coqueiro por uma bananeira, de onde é retirada a matéria prima do doce, o fogo à lenha, o tacho e uma colher de pau grande, características da produção de doce de banana na palha da Ilha de Maré.

Figura 6. Tabela de Informação Nutricional do Doce de Banana na Palha de Ilha de Maré.

Informação Nutricional		
Porção:	15 g (1 unidade)	
Quantidade por porção		% VD (*)
Valor energético	20 kcal ou 83 kJ	1
Carboidratos	6g	2
Proteínas	1g	0
Gorduras totais	1g	0
Gorduras saturadas	0g	0
Gorduras trans	0g	-
Fibra alimentar	1g	1
Sódio	0mg	0

(*) %Valores diários com base em uma dieta de 2000kcal ou 8400kJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.

Fonte: Autora, 2022.

Figura7. Logomarca Doce de Banana na Palha



Fonte: Autora, 2022.

Pensando em segurança dos alimentos, aprimoramento e melhoria do produto, surge a necessidade de realizar análises físico-químicas para o doce de banana. Para isso, foram coletadas amostras de doces produzidos em três ocasiões diferentes, as análises realizadas foram: Análise de Atividade de Água (Aw), Análise de pH e Determinação de Sólidos Solúveis (°Brix). Todas as análises foram realizadas em triplicata, os registros podem ser visualizados na figura 8 e os resultados podem ser vistos em tabela 1.

Figura 8. Realização de análises do doce de banana, 2022.



Fonte: Registros fotográficos da Autora, 2022.

Baseado nos parâmetros descritos na Resolução Normativa de nº 9 de 1978, o teor de sólidos solúveis do doce de banana de Ilha de Maré está adequado às legislações, desde quando os resultados apresentam entre as produções o teor de 72,83 a 76°Brix, em vista que as legislações definem 65° Brix como mínimo do teor de sólidos solúveis para doces em massa.

Cunha (2016), explica em seu artigo que alimentos que possuem atividade água inferior a 0,60 não são suscetíveis a reações microbiológicas, o doce de banana aqui em questão apresentou resultados de 0,72 a 0,77 em atividade de água, o que pode possibilitar o crescimento de fungos e algumas bactérias, porém não ao nível do desenvolvimento de toxinas e o crescimento dos microrganismos podem ser evitados quando se implementa ao produto a embalagem adequada e o armazenamento correto.

Segundo Gava (1998), são considerados alimentos ácidos aqueles que apresentam um pH de 4,0 a 4,5, pouco ácidos quando superior a 4,5 e muito ácidos quando inferior a 4,0. Analisando que o doce de banana produzido em Ilha de Maré apresentou resultado de pH entre 4,35 e 4,38, é correto afirmar que este estará suscetível ao desenvolvimento de bolores, porém, não suscetível ao crescimento de bactérias, uma vez que, alimentos ácidos apresentam predominância ao crescimento de bolores e leveduras enquanto os menos ácidos predominam o crescimento de bactérias.

Tabela 1 - Características físico-químicas, atribuídas às produções do Doce de Banana na palha de Ilha de Maré, apresentadas em valores médios e desvio padrão.

Produções	Sólidos Solúveis (°Brix)	pH	Atividade de água (Aw)
1	72,83	4,35	0,77
2	74,67	4,38	0,72
3	76	4,38	0,72
Desvio Padrão	1,59	0,02	0,03

Fonte: Autora, 2022.

O doce de banana da Ilha de Maré tem em sua composição banana e açúcar, sendo adicionada uma pequena quantidade de água no início para o cozimento das bananas, devido essa adição de água surgiram questionamentos se essa adição estaria promovendo interferência na qualidade do produto, pois percebemos que após um tempo o doce apresenta desenvolvimento de bolores, mas que isso pode ser relativo, visto que, de acordo com avaliação

superficial o desenvolvimento dos bolores ocorreu em tempos diferentes e em diferentes armazenamentos.

Quando armazenados em locais fechados (potes, vasilhas e semelhantes) e em ambientes quentes o desenvolvimento de bolor ocorre entre 20 e 30 dias, quando armazenados em ambientes secos e arejados o crescimento de bolor pode ocorrer entre 2 e 3 meses, enquanto o doce é mantido em refrigeração (grade de geladeira), pode durar até um longo período superior a 8 meses, sem o desenvolvimento de bolores. Por conta dessa interferência a adição do ácido (sumo de limão) e adequação do material utilizado na embalagem estão sendo estudadas, com o intuito de tentar inibir o aceleração do desenvolvimento e crescimento de bolores e outras interferências.

6. CONCLUSÕES

Dado o exposto e levando consideração todos os aspectos fatidicamente observados, é possível apresentar para conclusão deste trabalho, a demarcação do contexto social envolvendo a Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências – ATRAM, onde por meio da construção de pesquisa participativa foram desenvolvidas atividades de mobilização social e organização associativa, com o intuito de desenvolvimento dentro da associação, estendendo-se a todas as comunidades.

A elaboração destas atividades possibilitou a construção do histórico de contradições e conflitos vivenciados no cotidiano da Ilha de Maré, além de apresentar a maneira que a questão agrária se manifesta em diversos aspectos, influenciando diretamente no modo de vida das pessoas, na renda, nas escolas, na alimentação, moradia e demais aspectos do cotidiano da população.

Através do resgate histórico, demarcação da questão agrária e os impactos diversos ocorridos em Ilha de Maré, sobressaiu-se a produção de alimentos na região e sua importância que envolve não apenas a renda das famílias, como a ancestralidade e a cultura dos povos que dela sobrevivem. Desde o extrativismo e recursos naturais até a produção de alimentos, destacando nesta pesquisa o Doce de Banana na Palha, produção presente na região a mais de um século e que garante o fortalecimento da cultura e complementa a renda das famílias que o produzem.

Sendo este um produto que antes, sem qualquer informação contida em sua embalagem, agora pode ser comercializado com a identificação do seu local de origem de produção, tabela

informando os valores nutricionais que o produto apresenta e outras informações importantes a serem contidas em rótulo.

Pensando em fortalecer a produção do doce de banana, análises físico-químicas foram realizadas, a fim de contribuir para a valorização e potencialidade que o mesmo oferece, onde estas influenciaram o processo de adequação do produto as legislações e puderam ser avaliadas de acordo com os padrões de identidade e qualidade, colaborando para o fortalecimento da produção de alimentos na Ilha de Maré.

No mais, concluo enfatizando a importância da inclusão das comunidades tradicionais dentro do âmbito acadêmico, não como objetos de pesquisa, mas como parte essencial da história, agregando a ciência ao conhecimento ancestral, cultural e histórico, que remete ao conhecimento amplo da realidade e gera sabedoria.

7. AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora, por me auxiliarem em momentos de aflição e dúvida, me ajudando a superar todos os obstáculos que surgiram ao longo do curso, ainda que pouca fosse a minha fé. A São Miguel Arcanjo por me defender em todos os combates.

A minha mãe Antônia Simone Neves do Espírito Santo, ao meu irmão Bruno do Espírito Santo Neves e a minha afilhada Giovanna Gentil Neves, por serem minha maior fonte de apoio, meu porto seguro e incentivo a não desistir e ser melhor hoje do que fui ontem.

A minha amada vovó Emilzete Ribeiro Neves (*in memoriam*) pela herança de conhecimento, história e amor que me deixou e que contribuiu para a minha formação pessoal, para que a humildade, o amor, a amizade e a verdade fossem os principais pilares da minha vida.

Aos docentes, amigos e colegas, em especial minha orientadora Kássia Aguiar Norberto Rios, por todo ensinamento, correções, paciência e carinho a mim oferecidos, pela amizade e incentivo ao meu crescimento dentro e fora do âmbito acadêmico.

A Associação dos Quilombolas, Trabalhadores Rurais, Artesãos, Pescadores e Marisqueiras de Praia Grande e Adjacências - ATRAM, lideranças das comunidades e participantes desse trabalho pelo acolhimento, apoio e confiança de juntos pensarmos no fortalecimento do paraíso que é a nossa casa, Ilha de Maré!

8. REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo** – história e antropologia do processo de formação quilombola. Bauru; São Paulo: EDUSC; ANPOCS, 2006.

BISPO, Beatriz Moreira. O papel dos estudos oceanográficos na gestão de conflitos da zona costeira: o caso das comunidades da Ilha de Maré, Baía De Todos Os Santos, Bahia. 2018. 107 f. **Monografia** (Graduação) – Curso de Oceanografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BRANDÃO, Carlos R; BORGES, Maristela C. Pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. **Agricultura Familiar**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Brasília-DF. 2020. Disponível em:<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1#:~:text=Agricultura%20Familiar%20%C3%A9%20a%20principal,%20aquicultores%20extrativistas%20e%20pescadores>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003**. Brasília-DF. 2003.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de julho de 2006**. **Diário Oficial da União (DOU)**: seção 1, Brasília, DF, 25 de jul. 2006. p. 1.

BRASIL. **Resolução Normativa nº 9 de 1978**. Conselho Nacional da Saúde, Ministério da Saúde. Brasília, 1978.

CAPINA. Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (org.). **Puxando o fio da meada**. Rio de Janeiro: CAPINA, 1999. Disponível em:<https://www.capina.org.br/_files/ugd/e1b246_4f2e952e6ed64736bf0834fd8c2d684d.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

CONCEIÇÃO SACRAMENTO, E.; REIS DA SILVA, A. T. ÁGUAS DE FEVEREIRO E MARÇO. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, n. 1, p. 129-138, 6 out. 2019.

CUNHA, Humberto V. F. da **A diferença entre Atividade de Água (Aw) e o Teor de Umidade nos alimentos**. Campinas, SP: Food Safety Brazil, 2016. Disponível em: <<https://foodsafetybrazil.org/diferenca-entre-atividade-de-agua-aw-e-o-teor-de-umidade-nos-alimentos/>> Acesso em: 03 de ago. 2022.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**, 2004. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%c3%a3o%20agr%c3%a1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jan. 2021.

GAVA, A. J. **Princípios da Tecnologia de Alimentos**, 8. ed. São Paulo: Nobel, 1998. p. 142

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

LÜCHMANN, L. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, n° 85 junho/2014. p. 159-226. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dKQNRMfDBnkZ6F59xpW6wYF/?format=pdf>>. Acesso em: out. 2022.

PAIVA, Ayane de S. et al. Aspectos socioambientais ligados às matas nativas da Ilha de Maré. *In*: ALMEIDA, Rosiléia O. de et al. **Caderno Ambiental Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011.

PORTO, Marcelo Firpo (Org.) et al. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais/ **Conselho Nacional dos Direitos Humanos** – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2018.

RIOS, Kássia A. N. O SER PESCADOR(A) ARTESANAL E O TERRITÓRIO ARTICULADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DA ILHA DE MARÉ – BAHIA. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 1, p. 7-18, 16 out. 2020.

RIOS, K. A. N. **A Questão Agrária da Luta na/pela Terra e Água dos Pescadores Artesanais: Desafios e perspectivas do processo de Regularização dos Territórios Quilombolas de Ilha de Maré (BA)**. 2017. 467 p. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RUNGO, Z. A. PESCA ARTESANAL NA RENDA FAMILIAR. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 2, n. 1, p. 19-30, 16 out. 2020.

SANTOS, Boaventura de S. Boaventura: da Ilha de Maré a outro mundo possível. **Outras Palavras**, 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/boaventura-da-ilha-da-mare-a-outro-mundo-possivel/>. Acesso em: março de 2020.

SANTOS, E. B. et al. ESCOLA DAS ÁGUAS. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 1, n. 1, p. 143-152, 6 out. 2019.

SANTOS, T. R. Entre Terras e Territórios: Luta na/pela terra, dinâmica e (re)configurações territoriais em Bom Jesus da Lapa (BA). 2017. 303f. **Tese** (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

SILVA, M. B. L; RAMOS, A. M. Composição química, textura e aceitação sensorial de doces em massa elaborados com polpa de banana e banana integral. **Rev. Ceres**, Viçosa, v. 56, n.5, p. 551-554, set/out, 2009.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 17-18.

SOUSA, Priscilla Karen. O papel da oceanografia na gestão portuária: caso do porto de aratu e sua relação com as comunidades de ilha de maré. 88 f. il. 2017. **Monografia** (Graduação) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.